

13 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

Custas judiciais podem sofrer somente correção inflacionária

Curitiba - Corrigir as custas judiciais apenas pelo índice da inflação é a nova hipótese trabalhada pelos deputados estaduais e magistrados. Ontem, ao recusar requerimento do deputado estadual Hermas Brandão Júnior (PSB) para que o reajuste dos valores cobrados pelos cartórios fosse desengavetado, o presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), deixou escapar que uma nova proposta será enviada para a AL semana que vem. "Eu não quero ser um ditador", disse Rossoni, referindo-se a pronunciamentos dados na última semana, em que se recusava a por o projeto do Tribunal de Justiça (TJ) na pauta.

No dia 4, os desembargadores do Órgão Especial do TJ aprovaram proposta que aumenta bastante o preço das despesas judiciais no Paraná, com correções superiores a 50%, 100% e 1.000% dependendo do tipo de documento. A notícia foi alvo de críticas de parlamentares e de entidades civis, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon).

Desde que se manifestou contrário ao aumento inicialmente sugerido pelo TJ, Rossoni tem afirmado que "muito melhor seria a correção pelo índice da inflação, que todos os setores da população entenderiam".

Ontem, pela primeira vez, esse raciocínio foi repetido pelo TJ, Miguel Kfoury Neto. Em visita a Londrina, o presidente do TJ demonstrou a possibilidade de recuar no projeto que aumenta as custas judiciais. "Se acham que o aumento é elevado que pelo menos tenha a correção da inflação", declarou. "É uma questão de sobrevivência do Poder Judiciário."

O desembargador presidiu ontem solenidade para criar a Comarca da Região Metropolitana de Londrina, que engloba Cambé, Ibiporã e Rolândia, comarcas que foram elevadas à entrância final.

13 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

CARGOS COMISSIONADOS

Assembleia analisa pedidos do governo, TJ e MP

Criação de cargos invade pauta da AL

Curitiba - Chegou a vez do Ministério Público (MP) do Paraná pedir aos deputados estaduais a abertura de vagas para concurso público e a criação de cargos comissionados na instituição. São 119 cargos efetivos e 69 de livre nomeação, para "suprir as necessidades decorrentes da defasagem dos cargos do MP em relação ao Poder Judiciário", diz o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, na justificativa do projeto. A iniciativa começou a tramitar ontem na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, fazendo companhia a solicitações semelhantes do governo estadual e do próprio Tribunal de Justiça (TJ).

Em reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realizada ontem, por exemplo, os dois últimos pedidos de criação de cargos no Judiciário receberam pedido de vista do líder da oposição, Tadeu Veneri (PT). Uma das proposições cria 25 cargos de desembargador e vagas comissionadas para o funcionamento desses gabinetes, com um impacto financeiro de R\$ 30 milhões na folha de pagamento do TJ. A mudança também mexe na correlação política da instituição, ampliando para 145 o colégio de desembargadores do TJ.

*Casa estuda
mais comissionados
para Ministério
Público e Judiciário*

A outra medida cria mais 115 cargos tipo DAS-5, cuja remuneração mensal hoje é de R\$ 5,8 mil. O petista tem questionado sistematicamente o aumento das despesas com pessoal do governo do Paraná.

Na segunda-feira, Veneri e o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), tiveram outro embate na AL por causa da criação de 139 cargos de comissão e 135 funções gratificadas na administração estadual. "Por que um governo que está votando às pressas o projeto da Paraná

Previdência (instituição que paga aposentadorias e pensões de servidores públicos), para desonerar

a folha, está criando tantos novos cargos?", questionava o petista. Traiano respondeu que as contratações eram necessárias para a gestão da máquina pública.

Na próxima semana, enquanto os políticos analisam a criação de cargos no governo, no TJ e no MP, também terão que apreciar o remanejamento de 12 cargos em comissão da Imprensa Oficial do Estado para a Casa Civil de Beto Richa (PSDB). A movimentação está prevista no projeto que extingue a autarquia e cria uma empresa pública para assumir os serviços gráficos de interesse do Estado. No início ela terá 172 funcionários contratados em regime celetista.

13 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

Mutirão do TJ vai liberar 441 presos

Com a ação, novas vagas serão abertas em delegacias e penitenciárias do Paraná

Curitiba - O tráfico de drogas colocou Priscila Nascimento, de 24 anos, e Gilberto da Silva, de 40, atrás das grades. Ela que é natural de União da Vitória, no Sul do Paraná, foi presa em 2008, e agora vai cumprir o restante da pena em liberdade condicional. É o mesmo caso de Silva, que chegou em Curitiba, vindo de Eldorado (MS), para trabalhar. Ele foi detido em 2007, no centro da capital, vendendo substâncias ilícitas.

Priscila ainda tem três anos de pena para cumprir em liberdade e Silva mais um ano para completar todo o período a que foi condenado. Em decorrência do bom comportamento e por estarem trabalhando dentro das unidades penais, eles conseguiram as progressões das penas e, desde ontem, já podem voltar para casa.

Estes são apenas dois casos dos 441 que estão sendo analisados pelo mutirão de soltura realizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), que termina amanhã, no Centro de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA) do Complexo Penitenciário de Piraquara, na região metropolitana de Curitiba (RMC). São 59 mulheres e 382 homens que já cumpriram parte da pena com bom comportamento, conquistando o direito à liberdade condicional ou regime aberto. A grande maioria destes apenados já trabalha e estuda.

Do total de presos, 310 cumpriam pena na Colônia Penal Agroindustrial do Paraná (CPAI) e 59 mulheres no Centro de Regime Semiaberto Feminino (CRAF) e na Penitenciária Feminina do Paraná. Os 72 restantes serão liberados de delegacias.

"Para ser liberado o preso tem que ter cumprido parte da pena. Se for um crime comum, precisa ter cumprido um sexto da pena, se for crime hediondo, pelo menos dois quintos. Além disso, conversamos com cada um dos apenados sobre o benefício que estão recebendo, com a condição de continuar trabalhando e estudando", destacou o juiz Moacir Antônio Dalla Costa, responsável pela 2ª Vara de Execuções Penais de Curitiba.

O juiz também destacou a importância da abertura de novas vagas, a partir dos mutirões. "Sabemos que a situação do sistema penitenciário é complicada, por isso, além de conceder este benefício a apenados, possibilita-se a prisão de novos criminosos", completou.

Segundo dados da Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), este é o terceiro mutirão do tipo realizado nas unidades penais da região de Curitiba, somando a liberação de quase 700 presos. Conforme o diretor da CPAI, Ismael Salgueiro Meira, a maior parte

dos presos que está sendo liberada já tem emprego certo e muitos estão saindo com carteira assinada. "Somente na Colônia, dos 1,4 mil presos 1,1 mil trabalham, seja dentro da unidade ou fora. Além disso, todos tiveram um bom comportamento e já tinham direito adquirido que agora está sendo reconhecido pela Justiça", ressaltou Meira.

As vagas que serão abertas com a saída dos presos já têm destino. A princípio, serão preenchidas por presos de penitenciárias e delegacias da Grande Curitiba e Litoral.

Esta ação faz parte do Mutirão Justiça no Bairro, um programa do TJPR que, neste caso, presta atendimento jurídico gratuito à população carcerária. Durante os três dias também estarão sendo prestados outros serviços pelo programa, como emissão de documentos, reconhecimentos de paternidade e união estável, entre outros.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

13 DEZ 2012

Nova vida

Priscila Nascimento agora quer encontrar os familiares em União da Vitória, para recomeçar a vida. "Sofri muito aqui dentro e não quero passar por isso de novo. Ter me envolvido com o tráfico foi a pior coisa que me ocorreu. Ainda sou jovem e tenho várias oportunidades na vida. Quero estudar, passar em um vestibular e me formar em medicina. Pretendo ser uma obstetra no futuro."

Já Gilberto da Silva não vê a hora de reencontrar as três filhas. Ele ficará na casa das tias, em Curitiba, para depois seguir viagem para o Mato Grosso do Sul. "Fiz um caminho errado e ainda estou pagando por isso. Vou procurar um novo emprego e ver o que acontece daqui pra frente."



Priscila Nascimento quer encontrar os familiares em União da Vitória e recomeçar a vida



59 mulheres e 382 homens que já cumpriram parte da pena com bom comportamento e conquistaram direito à liberdade condicional ou regime aberto

13 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

Juiz condena ex-vereadores e impede posse de eleito

Ex-presidente da Câmara de Londrina
Orlando Bonilha e o petebista Sidney
de Souza teriam exigido propina
de empresário em 2006

O ex-presidente da Câmara de Londrina Orlando Bonilha e o vereador eleito em outubro Sidney de Souza (PTB) foram condenados por concussão por exigirem propina do proprietário da boate erótica Shirogohan em 2006, conforme sentença do juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Katsujo Nakodomari, publicada ontem.

Na mesma decisão, o juiz permitiu aos réus que recorram em liberdade, mas aplicou medida cautelar para proibir os réus de "exercer qualquer função pública" até o trânsito em julgado do processo. A medida afeta diretamente Sidney, cuja diplomação está marcada para o dia 17. Se a decisão não for revertida, ele não poderá assumir o cargo.

O magistrado baseou sua decisão no risco de reincidência: "Considerando a gravidade do crime praticado e o fato dos agentes terem agido valendo-se dos cargos públicos que ocupavam, justifica o receio do cometimento de novos ilícitos da mes-

ma natureza". E advertiu os condenados: "O descumprimento pelo réu da medida cautelar acima mencionada poderá ensejar o imediato decreto de sua prisão preventiva, conforme o Código de Processo Penal".

A Bonilha, réu colaborador no esquema, o juiz aplicou pena de prisão de três anos, que pode ser cumprida em regime aberto, mas impediu que seja substituída por prestação de serviços, por exemplo. Sidney teve pena mais alta, de quatro anos e seis meses, e deverá cumprir em regime semi-aberto. Ao primeiro, o juiz aplicou multa de R\$ 202,1 mil e a Sidney, de R\$ 301,6 mil. Os dois devem restituir ao dono da boate, vítima do crime, R\$ 15 mil.

Os ex-vereadores já foram condenados criminalmente pelo suposto esquema de cobrança de propina na Câmara Municipal na legislatura passada, entre 2005 e 2008, conforme investigação do Ministério Público. Em sentença proferida em julho deste ano pelo mesmo juiz, Sidney foi condenado a nove anos e 10

meses de prisão em regime fechado e Bonilha, a quatro anos e dois meses, em regime semi-aberto. Os crimes atribuídos a eles e a outros sete ex-vereadores foram concussão, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro ao exigir propina para aprovar lei de interesse do empresário Marcelo Caldarelli.

O caso

O empresário Claudemir Medeiros, dono da Shirogohan, pagou R\$ 15 mil - dinheiro entregue nas mãos de Bonilha e na presença de Sidney, conforme depoimento prestado perante o juiz - para que a Câmara aprovasse projeto de lei que permitia o funcionamento de um motel em seu estabelecimento.

Medeiros relatou que na primeira reunião Bonilha pediu R\$ 15 mil para cada vereador, porém, alegando que não tinha dinheiro, o empresário ofereceu o valor para ser dividido entre todos, o que foi aceito por Bonilha. Uma semana depois o montante foi entregue para os dois vereadores e o projeto foi aprovado.

CONTINUA

13 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Segundo a denúncia do Ministério Público, outros sete vereadores - Flávio Vedoato, Gláudio de Lima, Henrique Barros, Luiz Carlos Tamarozzi e Renato Araújo, além de Osvaldo Bergamin e o pastor Renato Lemes, já falecidos, estariam envolvidos. Porém, para o juiz, não havia provas suficientes contra eles, uma vez que o empresário admitiu ter negociado apenas com Sidney e Bonilha.

O depoimento do empresário foi fundamental para condenação dos dos ex-vereadores, uma vez que o "crime de concussão habitualmente não deixa vestígios, razão pela qual sua comprovação dar-se-á majoritariamente, ou até mesmo unicamente, através da prova testemunhal". "Tratando-se ainda de um crime de difícil comprovação, em especial no caso concreto, seja pelo poderio econômico dos réus, seja pelo poder político à época, especial valia deve-se atribuir à palavra da vítima, a qual expôs em Juízo, sob o crivo do contraditório e ampla defesa".

O advogado de Sidney de Souza, Dely Dias das Neves, disse que não tinha conhecimento da decisão, mas certamente iria recorrer. O advogado de Bonilha, Ronaldo Neves, não foi localizado ontem.

O promotor Cláudio Esteves, um dos autores da ação, afirmou que avaliará eventual recurso quanto à absolvição dos ex-vereadores Flávio Vedoato; Gláudio de Lima, Henrique Barros, Luiz Carlos Tamarozzi e Renato Araújo.

13 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

Com base em parecer, Rossoni 'enterra' aposentadoria

Presidente da AL endossa entendimento da procuradoria da Casa sobre polêmica previdência especial dos deputados

A atual direção da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná não tem legitimidade para "desengavetar" o projeto de lei número 544/2008, que regulamenta o plano de previdência para os deputados estaduais. A conclusão é da Procuradoria-Geral da AL, diante da consulta formulada pelo presidente da Casa, deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB), que há pelo menos seis meses tem sido pressionado por um grupo de parlamentares a publicar a lei, cuja última versão foi aprovada pelo plenário no ano de 2008. Ontem, Rossoni endossou o parecer, o que, na prática, significa que o projeto permanece na gaveta.

A reportagem não teve acesso à íntegra do parecer. Segundo a assessoria de imprensa da AL, a procuradoria argumenta que "o processo legislativo não pode simplesmente ultrapassar o limite temporal de um mandato para outro, já que a representatividade do povo no Parlamento se altera a cada legislatura". No caso do projeto de lei 544/2008, a sua promulgação caberia ao presidente da legislatura passada, que che-

gou ao fim em janeiro de 2011. O artigo 273 do Regimento Interno da Casa, segundo a procuradoria, seria claro neste ponto: "Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em Legislaturas anteriores".

O projeto de lei prevê aos políticos com mais de cinco mandatos benefício mensal de até 85% dos vencimentos do cargo, cerca de R\$ 17 mil em valores atualizados. Chamado originalmente de Previdepar, o plano de aposentadoria é motivo de polêmica desde 2006, quando a primeira tentativa dos deputados estaduais em instituir o benefício foi vetada pelo então governador do Estado, o hoje senador Roberto Requião (PMDB). Nos últimos seis anos a proposta sofreu alterações e foi alvo até de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) protocolada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Supremo Tribunal Federal (STF), não apreciada até agora.

O Previdepar também sofreu contestação do Ministério da Previdência e, por isso, o projeto de lei passou por algumas modificações. Sua última versão foi votada em 2008. Desde janeiro de 2009, o Previdepar já poderia ter sido criado, mas nem Nelson Justus (DEM), presidente da AL na época, ou Valdir Rossoni, mandaram publicar o texto no Diário Oficial.

13 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

Justiça anula diplomação de prefeito reeleito

O juiz da 59ª Zona Eleitoral, Alberto José Ludovico, cassou a diplomação do prefeito reeleito de Rolândia (Região Metropolitana de Londrina), Johnny Lehmann (PTB). A ação de investigação judicial eleitoral refere-se ao uso indevido de meio de comunicação social. Segundo acusação do Ministério Público, o jornal Tribuna do Vale do Paranapanema teria publicado matérias favoráveis ao atual prefeito com destaque durante o período eleitoral.

O vice-prefeito eleito, José Danilson, também é citado na ação, proposta pela coligação "Pelo bem de Rolândia", que teve como candidato a prefeito Eurides Moura (PSDB). Como Lehmann já foi diplomado em cerimônia realizada em 29 de novembro no centro cultural Nanuk, a decisão servirá para impedir a posse do reeleito em 1º de janeiro.

Procurados pela reportagem, advogados das duas partes não quiseram comentar a decisão, uma vez que o processo corre em segredo de Justiça. Ainda cabe recurso. Johnny foi reeleito com 53,56% dos votos válidos. Pelo fato de o vencedor ter obtido mais de 50% dos votos válidos, sua cassação pode gerar a realização de um novo pleito na cidade. No final de novembro, Johnny já havia sido multado em R\$ 25 mil pela Justiça Eleitoral por ter feito propaganda nos hogares de quase dois mil servidores municipais.

13 DEZ 2012

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

De novo o IPE?

Primeiro o governo, não importa qual deles, detonou o IPE, Instituto de Previdência do Estado. Aí criaram, com garantias de estabilidade, a Paraná Previdência. Tanto que sua capitalização inicial sob Lerner obteve da Binacional Itaipu a antecipação dos royalties, tornado possível por Euclides Scalco que a presidia. Com o passar dos dias, o governo deixou de fazer as suas contribuições, como já ocorrera com o IPE (que garantia ainda, o que inexistia hoje, assistência médica ao funcionalismo), ficando visível o rombo das contas superior a R\$ 7 bi.

Como onde se exige cirurgia, o governo prefere o band-aid ou aspirina, buscou a fórmula de sua conveniência, mas não da comunidade interessada, com a tal da autarquia, reduzindo seus encargos e ampliando o dos servidores. Com o uso do trator legislativo, tal qual no regime fardado, aliviou a sua barra e não devolveu a segurança aos aposentados de hoje e de amanhã. O pior é que isso se dá num momento agudo de democracia como a vivida na questão em debate no STF se há ou não cassação de mandatos de parlamentares do mensalão.

Mutirão

MAZZA

Um mutirão do Judiciário na Colônia Penal Agrícola vai liberar 450 presos.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

13 DEZ 2012

Defensoria Pública

A Defensoria Pública do Paraná, em 2012, teria deixado de utilizar R\$ 30 milhões do seu orçamento. A conta foi apresentada na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná pelo deputado estadual Tadeu Veneri (PT), que encontrou o valor somando o orçamento não executado, mas previsto em lei, e o cancelamento de despesas. "Como é que vão devolver recursos se a população não está sendo atendida como deveria?", questiona o parlamentar. Veneri teve negada, durante o trâmite do orçamento para o ano que vem, emenda parlamentar que destinava crédito suplementar de R\$ 100 milhões para a Defensoria Pública.

Paraná Previdência

A mudança no plano de custeio da Paraná Previdência, que faz o pagamento de aposentados e pensionistas do serviço público, foi acatada pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa (AL). A matéria deve ser votada em plenário na semana que vem, apesar das manifestações contrárias dos sindicatos da categoria, que pediam mais tempo para debater o impacto das mudanças na gestão do plano. A movimentação dos servidores já serviu, desde o início desse debate, para evitar a cobrança de taxa dos inativos, prevista na redação original.

CLÁUDIO HUMBERTO

Pergunta na Papuda

Deputado preso em regime semiaberto, mas não casado, vai poder ir de carro oficial para a Câmara e voltar para dormir no xilindró?

OPINIÃO DO LEITOR

Engodo

Finalmente, o julgamento do famigerado e vergonhoso mensalão chegou ao fim com os resultados que contemplaram a expectativa do povo brasileiro. Isso graças ao desprendimento, ao idealismo, à seriedade e independência do Poder Judiciário, com louvor ao ministro e presidente do STF, Joaquim Barbosa, e àqueles que o acompanharam em suas decisões. Só lamentamos que o "chefão" de todos aqueles escândalos não tenha sido incluído no rol dos indiciados. É que ele nunca "sabia de nada". É muita desfaçatez! Agora, na mais eloquente imitação do seu chefão, sua "aluna" também está criando o seu "mensalinho" e o "Zé Dirceuzinho" chama-se Rosemary e cia. Enquanto a maioria do povo brasileiro não despertar do estado de sonolência, essa gente continuará no poder.

RUBENS VASCONCELOS CALIXTO (serventário da Justiça) - Fênix

FOLHA DE S. PAULO

Vetado em concurso por ter tido câncer vai à Justiça

13 DEZ 2012

▶OUTRO LADO◀

Vários fatores são avaliados, afirma a prefeitura

Procurada, a Secretaria de Gestão Pública, responsável pelo DPME (Departamento de Perícias Médicas do Estado), disse que não conseguiria responder até a conclusão desta edição.

Nas decisões, o Estado tem ressaltado a possibilidade de a doença voltar. Em uma das ações, por exemplo, é citado que “não basta estar capaz no momento do exame”.

É preciso, segundo consta na ação, considerar “que as patologias eventualmente diagnosticadas (...) não venham se agravar nem predispor a outras situações que provoquem permanência precária no trabalho, com licenciamentos frequentes e aposentadoria precoce”.

Já a Prefeitura de São Paulo afirmou que só o fato de o candidato ter ou ter tido câncer não o desqualifica para o ingresso no serviço público.

A decisão é resultado de uma avaliação que envolve um conjunto de fatores: tipo de neoplasia, fase de evolução, outras condições de saúde etc. “Não existe a regra de reprovação de candidatos portadores de câncer”, diz a nota.

Aprovados, eles foram considerados inaptos no exame médico de admissão

A maior parte dos casos envolve mulheres que tiveram câncer de mama; decisões têm sido favoráveis ao candidato

Rui Stoco classificou como “odiosa” a atitude do Estado de recusar uma candidata que teve câncer de mama para o cargo de professora.

Era como se o governo, diz o magistrado, estivesse punindo-a “por ter se adoentado, rotulando-a de inválida pelo resto de sua vida — embora curada”.

Fabiola Marques, doutora em direito do trabalho e conselheira da OAB-SP, concorda. “A partir do momento em que você começa a discriminar os empregados nesse sentido, as pessoas que tiveram algum tipo de doença vão ter sua liberdade e o seu direito ao trabalho cerceados.”

Além do câncer de mama, mais comum nos processos, há casos de candidatos barrados que tiveram câncer de cólon e na tireoide.

VOLTA DA DOENÇA

Na única decisão contrária ao candidato, dentre as analisadas pela **Folha**, o Tribunal de Justiça paulista levou em conta o argumento da prefeitura de que “existe uma possibilidade de recidiva [volta da doença]” e que, por isso, a candidata não estava apta ao trabalho.

Andreza Alice Feitosa Ribeiro, gerente médica do centro de oncologia do hospital Albert Einstein, comenta que sempre há, sim, risco da doença voltar, mas ressalta:

“Isso é uma possibilidade. Não é porque tem essa possibilidade que você vai retirar do indivíduo a chance de ter uma vida plena.”

CAROLINA LEAL
DE SÃO PAULO

Quando Charla Adriana Vieira dos Santos, 39, retirou um seio para vencer o câncer de mama, achou que estava deixando a doença para trás. Mas, quase quatro anos depois, já curada, foi barrada em um concurso justamente pelo fato de ter tido o tumor.

Nomeada para o cargo de enfermeira na SAP (Secretaria da Administração Penitenciária), em 2009, ela foi impedida de assumir por ser considerada inapta no exame médico — mesmo tendo trabalhado e concluído a faculdade nesse período.

“Perdi o chão, me senti discriminada. Depois de tudo o que você passou, você acha que é uma pessoa normal e de repente acontece isso.”

Casos assim têm ido parar na Justiça. A reportagem analisou 11 ações de pessoas que tiveram câncer e foram barradas em concursos do Estado e da Prefeitura de São Paulo.

Destas, dez tiveram decisões favoráveis aos candidatos —incluindo a de Charla, que assumiu o cargo em São José do Rio Preto (a 438 km de São Paulo) em abril deste ano.

Em sentença de junho, por exemplo, o desembargador

13 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Decisão judicial sobre ISS deve destravar os negócios de leasing

STJ determina que imposto deve ser recolhido no município em que a empresa está sediada

Havia casos em que até quatro cidades requeriam da mesma empresa o pagamento do mesmo tributo

Após anos de disputas jurídicas, uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) deve pôr fim a uma questão que envolve bilhões e uma queda de braço entre o setor de leasing e municípios do país: o ISS (Imposto sobre Serviços) deve ser recolhido nas cidades que sediam as empresas de leasing.

O leasing, também chamado de arrendamento mercantil, é uma operação em que o proprietário (arrendador ou empresa de arrendamento) de um carro ou imóvel cede a um consumidor (arrendatário, o cliente que “compra” o produto) o uso desse bem por prazo determinado e recebe em troca uma prestação.

A decisão do STJ foi aprovada recentemente, por unanimidade, pelos ministros que integram duas turmas da Primeira Seção do STJ, ao analisarem o caso da Potenza Leasing (antiga Ford Leasing), comprada mais tarde pela Bradesco Leasing.

No passado sediada em São Bernardo do Campo e hoje em Osasco, a empresa foi autuada pelo município de Tubarão (SC), por não recolher ISS para essa cidade. A

cobrança se baseava no fato de uma concessionária da cidade ter vendido um carro por meio de leasing.

Desde que o STF determinou que cabe cobrança de ISS nas operações de leasing, mas sem especificar onde deveria ser cobrado, uma verdadeira “guerra fiscal municipal” ocorre no país.

São milhares de processos movidos sobre o mesmo assunto por centenas dos mais de 5.500 municípios do país, segundo advogados, empresas e entidades que representam o setor e as secretarias de finanças dessas cidades.

“É importante porque foi submetida ao chamado método repetitivo. Na prática, significa que se aplica a todos os casos semelhantes”, explica o ministro Napoleão Nunes Maia Filho, relator do processo no STJ.

A Abrasf (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais), que representa os municípios e a cidade de Tubarão no processo, estudará uma forma de recorrer da decisão.

Ricardo Almeida, assessor jurídico da associação, diz que a decisão privilegia alguns “paraísos fiscais” brasileiros. Ele se refere ao fato de mais de 80% das empresas do setor estarem situadas em um grupo de municípios que reduziram o ISS para atrair mais contribuintes.

VALORES BILIONÁRIOS

Uma das maiores autuações que se tem notícia foi dada a uma empresa de leasing situada em São Paulo — o auto de infração, emitido por fiscais do interior de Pernambuco, foi de R\$ 35 milhões e está em discussão na Justiça.

Pelos cálculos de advogados que defendem o setor de leasing, as empresas têm autuações que somadas chegam a pouco mais de R\$ 4 bilhões.

Segundo a advogada Adriana Serrano Cavassani, que defende a Potenza no processo, há casos em que quatro cidades cobram o mesmo imposto (ISS) de uma mesma empresa. “Não é mais duplicidade de cobrança, é quádrupla tributação”, diz.

A advogada se refere a um caso em que a empresa foi autuada pela cidade onde está situada, pelo município em que morava o consumidor que fez o contrato de leasing, pela cidade onde estava situada a concessionária que vendeu o carro e pelo município em que o veículo foi registrado (Detran).

“Fez-se justiça”, disse Osmar Roncolato Pinho, presidente da Abel (Associação Brasileira das Empresas de Leasing) sobre a decisão.

CONTINUA

13 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Afetadas pela insegurança jurídica criada durante anos em torno da disputa pelo ISS, as operações de leasing despencaram e chegaram ao menor patamar desde setembro de 2007, segundo dados BC.

“O leasing, em um ambiente mais seguro, voltará a recuperar o espaço perdido”, diz o presidente da Abel.

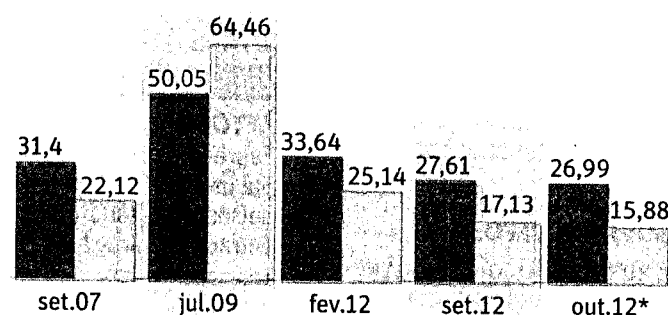
Nas vendas de automóveis e comerciais leves, a participação do leasing entre as modalidades de pagamento recuou de 38% do total em 2008 para somente 2% em setembro deste ano. Nesse período o crédito direto ao consumidor passou de 32% para 51%. O leasing correspondeu a 2% dos veículos e comerciais leves vendidos, segundo dados de setembro da associação nacional das financeiras. Financiamento respondeu por 51%, vendas à vista por 39%, e consórcio, 8%.

OPÇÃO EM BAIXA

Dinheiro usado em leasing cai ao menor nível desde 2007

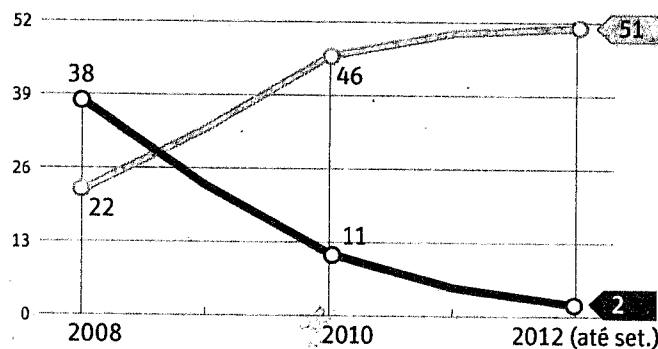
Saldo, em R\$ bilhões

■ Pessoa jurídica □ Pessoa física



Modalidade de pagamento na venda de automóveis e comerciais leves, em % do total

● Leasing ○ Financiamento



*Último dado disponível

Fontes: Banco Central e Anef (Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras)

13 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

STF e Congresso receberão dados de operação da PF, decide juíza

Documentos envolvem políticos que somente o Supremo pode julgar

A juíza federal substituta Adriana Freisleben de Zanetti, da 5ª Vara Federal Criminal em São Paulo, determinou anteontem que parte do material coletado pela Polícia Federal na Operação Porto Seguro seja remetido ao Supremo Tribunal Federal, ao procurador-geral da República e ao Congresso.

A decisão ocorreu “devido ao envolvimento de autoridades com prerrogativa de foro no caso”.

O relatório da PF que apura tráfico de influência e corrupção ativa, no caso da suposta venda de pareceres de órgãos do governo, foi enca-

minhado na sexta-feira ao Ministério Público Federal, que pode apresentar denúncia ou solicitar novas diligências.

Segundo a **Folha** apurou, parte dos documentos refere-se ao deputado Sandro Mabel (PMDB-GO). Ele poderá ser alvo de investigação, caso o Supremo autorize.

A PF encontrou uma pasta como o nome de Mabel em um dos computadores apreendidos na Porto Seguro, com os irmãos Vieira.

Como a **Folha** revelou na semana passada, também há documentos da operação referentes ao ministro do TCU José Múcio Monteiro e ao deputado federal Valdemar Costa Neto (PR-SP).

OUTRO LADO

A assessoria de imprensa do deputado Sandro Mabel disse que o PR apoiou o nome de Paulo Vieira para diretor da Agência Nacional de Águas. Como líder do partido naquele momento, Mabel disse ter feito o mesmo.

O ministro José Múcio Monteiro tem dito que solicitou ao Ministério Público e à área do tribunal que fizesse análise de caso envolvendo o porto de Santos por estar recebendo muitas pressões.

A assessoria de comunicação de Valdemar Costa Neto afirmou que o deputado do PR “não comenta declarações ou iniciativas do Ministério Público”.

STF nega pedido de liberdade de Nicolau dos Santos Neto, o Lalau

DE SÃO PAULO - A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal negou na terça-feira (11) pedido de liberdade do juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, 84, o Lalau, que cumpre prisão domiciliar sob acusação de desvio de dinheiro público.

“A idade avançada do paciente e seu estado de saúde debilitada não autorizam torná-lo, se já não o é, titular da prisão preventiva mais longa da história desse país”, afir-

ma a defesa.

A ministra Cármen Lúcia, relatora do caso, negou o pedido e lembrou que a Justiça Federal também recusou solicitação do mesmo tipo.

Em 2006, Lalau foi condenado a 26 anos, seis meses e 20 dias, em regime fechado pelos crimes de peculato, estelionato e corrupção passiva.

Desde agosto de 2007, ele cumpre prisão domiciliar por motivo de saúde.

13 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

Remédio amargo

**Ações na Justiça para
obrigar governo a custear
tratamentos exorbitantes
tiram verbas do atendimento
a quem depende só do SUS**

Não para de crescer a conta do que se convencionou chamar de judicialização da saúde, a iniciativa de pacientes de acionar o poder público para obter tratamentos que não fazem parte do rol do SUS.

De janeiro a outubro deste ano, o governo federal gastou R\$ 339,7 milhões em remédios, equipamentos e insumos para cumprir essas decisões judiciais. Esse valor daria para construir pelo menos dois hospitais de 80 leitos cada um e equivale a 7,5% de tudo que a cidade de São Paulo aplicou em saúde no ano de 2011 (R\$ 4,5 bilhões).

Isso representa 28% mais do que o total despendido com as ações na Justiça em todo o ano de 2011. E essa é só a parte da União.

O montante aumentaria significativamente se fossem computados também os valores desembolsados por Estados e municípios. A situação é tão caótica que o valor total não é sequer conhecido.

Não se discute o direito de cidadãos recorrerem à Justiça sempre que acharem necessário. O problema é que o acúmulo de liminares —70% das decisões são desfavoráveis ao governo— acaba retirando do administrador público a capacidade de definir prioridades e decidir a melhor alocação para um volume limitado de recursos.

O pecado original, aqui, nasce com o artigo 196 da Constituição,

que define a saúde como direito de todos e dever do Estado. Em vez de interpretar a passagem —justificativa de todas as ações— como mero princípio programático, magistrados lhe têm dado força de norma a cumprir, custe o que custar.

É uma visão míope. Orçamentos públicos são finitos, sabem todos, mas as possibilidades de gastar mais com a saúde não conhecem limites: sempre é possível importar uma droga experimental, ou testar uma nova terapia, a preços muitas vezes exorbitantes.

Vale observar que há uma importante assimetria na repartição de tais recursos. Com a judicialização da saúde, tendem a ser beneficiados pacientes que tipicamente necessitam de drogas caras e têm acesso a informação qualificada e a advogados particulares. Perdem, em contrapartida, os doentes pobres que dependem unicamente do SUS.

Por outro lado, não é aconselhável pender para o extremo oposto e confiar exclusivamente às autoridades sanitárias a tarefa de decidir quais tratamentos serão cobertos e quais ficarão de fora. Burocracias são, por natureza, lentas e preferem resolver seus problemas de caixa evitando novos custos.

É preciso criar formas rápidas, de preferência na esfera administrativa, e não na judicial, com controle externo da classe médica, para garantir que novas terapias sejam incorporadas ao SUS tão logo se revelem eficazes e economicamente razoáveis. Embora certa leitura da Constituição insinue o contrário, não existe tratamento grátis.

13 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

NADA A VER

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), ficou surpreso com as declarações do deputado Júlio Campos (DEM-MT) que o “lançam” candidato ao governo do Mato Grosso. Afirma que não teve contato recente com o parlamentar e que descarta “totalmente” a hipótese de se candidatar. “Estou integralmente dedicado às minhas atividades judiciais e acadêmicas”, diz o magistrado.

PAINEL

Banco de dados O Conselho Nacional de Justiça começa hoje mapeamento inédito dos processos envolvendo autoridades com foro privilegiado em tribunais. O ministro Francisco Falcão enviará ofícios aos 27 tribunais de Justiça solicitando informações sobre o andamento de ações. Os órgãos terão até 30 dias para responder.

PAINEL

Subtu A fatia da Operação Porto Seguro envolvendo autoridades com foro privilegiado está prevista para chegar ao Supremo Tribunal Federal e ao STJ em até dez dias, depois de atrasos de tramitação. Essa parte deve ser mantida sob sigilo de Justiça.

GAZETA DO POVO 13 DEZ 2012

Rossoni barra aposentadoria; deputados recorrerão à Justiça

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), negou ontem o pedido feito, em requerimento, por 25 deputados e barrou o plano de aposentadoria complementar dos parlamentares. Aprovado em 2008, o fundo dependia apenas de uma assinatura da presidência para ser implantado. Diante da recusa, os deputados pretendem ir à Justiça para garantir o benefício. A decisão de Rossoni foi baseada em um parecer da Procuradoria da Casa.

QUEM ASSINOU

Veja a lista dos parlamentares que assinaram o requerimento:

» <u>Adelino Ribeiro (PSL)</u>	» <u>Hermas Brandão Júnior (PSB)</u>
» <u>Ademar Traiano (PSDB)</u>	» <u>Jonas Guimarães (PMDB)</u>
» <u>Ademir Bier (PMDB)</u>	» <u>Luiz Accorsi (PSDB)</u>
» <u>Anibelli Neto (PMDB)</u>	» <u>Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)</u>
» <u>Artagão Júnior (PMDB)</u>	» <u>Mara Lima (PSDB)</u>
» <u>Caíto Quintana (PMDB)</u>	» <u>Mauro Moraes (PSDB)</u>
» <u>Cleiton Kielse (PEN)</u>	» <u>Nelson Garcia (PSDB)</u>
» <u>Duílio Genari (PP)</u>	» <u>Pastor Edson Praczyck (PRB)</u>
» <u>Élio Rusch (DEM)</u>	» <u>Roberto Acioli (PV)</u>
» <u>Evandro Júnior (PSDB)</u>	» <u>Rose Litro (PSDB)</u>
» <u>Fábio Camargo (PTB)</u>	» <u>Stephanes Júnior (PMDB)</u>
» <u>Fernando Scanavacca (PDT)</u>	
» <u>Gilberto Ribeiro (PSB)</u>	
» <u>Gilson de Souza (PSC)</u>	

* O deputado Ney Leprevost (PSD) apresentou um requerimento pedindo a retirada de sua assinatura.

† Presidente da Alep recua e admite votar reajuste de taxas de cartório neste ano.

† Ministério Público propõe criação de mais 69 cargos comissionados para contratar assessores.

CONTINUA

13 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

Rossoni barra aposentadoria, mas insatisfeitos irão à Justiça

Benefício para deputados seria de até R\$ 17 mil por mês. Procuradoria da Assembleia deu parecer contrário e presidente da Casa arquivou pedido de parlamentares

*Euclides Lucas Garcia e
Karlos Kohlbach*

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), negou ontem o pedido feito por 25 deputados para que ele assinasse o plano de aposentadoria complementar dos parlamentares. Aprovada em 2008, a criação do fundo dependia apenas do aval da presidência do Legislativo para sair do papel. No entanto, segundo parecer da Procuradoria da Casa, a atual direção da Assembleia não tem legitimidade para desarquivar a matéria — o que só poderia ter sido feito pela Mesa Executiva da legislatura anterior. Apesar de Rossoni considerar o assunto encerrado, os deputados favoráveis à medida devem ir à Justiça na tentativa de garantir que a lei seja publicada e o benefício especial, de até R\$ 17 mil mensais, possa ser pago pelos cofres públicos.

O imbróglio em torno do assunto vem desde dezembro de 2006, quando os parlamentares aprovaram a criação da previdência complementar para si próprios. O Ministério da Previdência, porém, exigiu mudanças no texto para liberar a proposta. As alterações foram aprovadas, mas como o então governador Roberto Requião (PMDB) não sancionou nem vetou a matéria a responsabilidade de publicá-la passou às mãos do presidente do Legislativo — na época, Nelson Justus (DEM).

É nisso que se baseou a procuradoria da Assembleia para orientar Rossoni a não publicar a lei. Segundo os procuradores, como a matéria foi arquivada ao fim da legislatura anterior — conforme determina o regimento interno da Casa —, o tucano “não teria nem o poder, muito menos o dever, de promulgar um ato normativo discutido em legislatura pretérita”. “O processo legislativo não pode simplesmente ultrapassar o limite temporal de um mandato para outro, mesmo porque a representatividade do povo no Parlamento se altera a cada legislatura”, diz o texto.

Com o parecer em mãos, Rossoni deu a discussão por terminada e classificou como natural a pressão que recebeu de parte dos deputados para publicar a lei. “O cargo de presidente está sujeito a pressões.

Sobrou para o Rossoni decidir. Se não fosse eu, outro teria de tomar uma decisão”, declarou. Questionado se o ambiente da Casa deve ficar pesado a partir de agora, ele disse que o clima ficará “bom para os deputados andarem na rua de cabeça erguida”. “Seja o que Deus quiser”, emendou, enquanto assinava o documento.

Para os deputados que defendem a aposentadoria parlamentar, no entanto, o assunto ainda não está definido. Nas próximas semanas, eles pretendem ir à Justiça para obrigar Rossoni a publicar a lei. O entendimento seria de que as constituições Federal e Estadual são claras ao estabelecer que, no caso de sanção tácita de determinada lei e de sua não promulgação pelo chefe do Executivo, é dever da chefia do Legislativo publicá-la. “Não posso trabalhar sob hipóteses. Mas toda medida tomada por um homem público está sujeita a contestações”, afirmou o tucano.

Da atual legislatura, 18 dos 54 deputados já teriam direito ao benefício. Segundo a lei, os parlamentares receberiam, depois de aposentados, até 85% de seus vencimentos — o equivalente hoje a cerca de R\$ 17 mil (o teto do INSS é de R\$ 3,6 mil) —, de acordo com o tempo de contribuição de cada um. Para isso, porém, a estimativa é que a Assembleia teria de aportar pelo menos R\$ 50 milhões para dar início ao sistema.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

13 DEZ 2012

ENTENDA O CASO

Confira como a discussão sobre a aposentadoria dos deputados estaduais começou e como foi encaminhada até agora:

Dezembro de 2006 –

Deputados aprovam o Plano de Previdência Complementar da Casa. O então governador Roberto Requião (PMDB) o veta, com o argumento de que não havia cálculos definindo o valor da contribuição.

Julho de 2007 –

Os parlamentares derrubam o veto do governador.

Dezembro de 2008 –

A Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência, exige mudanças no texto para liberar o plano. As modificações são feitas por um grupo de parlamentares e aprovadas em plenário.

Janeiro de 2009 –

Requião não se manifesta sobre a proposta no prazo de 15 dias após sua aprovação e há a chamada sanção tácita da matéria. Desde então, a medida aguarda a assinatura do presidente da Assembleia para começar a valer.

Dezembro de 2012 –

Um grupo de deputados apresenta um abaixo-assinado ao presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), solicitando que ele valide a lei e a publique. Dias depois, Rossoni anuncia que não irá assinar a lei que institui a aposentadoria especial dos deputados.

Ação questiona lei anterior que regulamentou fundo estadual

A lei que autorizou a criação do fundo complementar de previdência para os deputados estaduais é alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2007. O processo está no Supremo Tribunal Federal (STF) e desde 2009 aguarda um parecer do relator, o ministro Joaquim Barbosa, que assumiu recentemente a presidência da Corte.

Na ação, a OAB questiona o fato de se ter permitido a concessão de complementação de aposentadoria de parlamentar advinda do regime geral ou outro regime sem que tenha havido contribuição para a previdência complementar. Outra inconstitucionalidade apontada pela entidade é o plano de custeio e benefício ser estabelecido por resolução da Assembleia Legislativa e não por meio de lei complementar, conforme exige a legislação. /

“O cargo de presidente está sujeito a pressões. Sobrou para o Rossoni decidir. Se não fosse eu, outro teria de tomar uma decisão.”

Valdir Rossoni, presidente da Assembleia Legislativa.

“Não posso trabalhar sob hipóteses. Mas toda medida tomada por um homem público está sujeita a contestações.”

Idem.

ABAIXO-ASSINADO

Deputados que pediram para Rossoni validar a aposentadoria especial:

Adelino Ribeiro (PSL) _____
Ademar Traiano (PSDB) _____
Ademir Bier (PMDB) _____
Anibelli Neto (PMDB) _____
Artagão Júnior (PMDB) _____
Caíto Quintana (PMDB) _____
Cleiton Kielse (PEN) _____
Dulílio Genari (PP) _____
Élio Rusch (DEM) _____
Evandro Júnior (PSDB) _____
Fábio Camargo (PTB) _____
Fernando Scanavacca (PDT) _____
Gilberto Ribeiro (PSB) _____
Gilson de Souza (PSC) _____
Hermas Brandão Júnior (PSB) _____
Jonas Guimarães (PMDB) _____
Luiz Accorsi (PSDB) _____
Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) _____
Mara Lima (PSDB) _____
Mauro Moraes (PSDB) _____
Nelson Garcia (PSDB) _____
Pastor Edson Praczyck (PRB) _____
Roberto Acioli (PV) _____
Rose Litro (PSDB) _____
Stephanes Júnior (PMDB) _____

*O deputado Ney Leprevost (PSD) apresentou um requerimento pedindo a retirada de sua assinatura.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

13 DEZ 2012

BENEFICIADOS

Quais deputados já poderiam requerer a superaposentadoria:

Ademar Traiano (PSDB); Ademir Bier (PMDB); Augustinho Zucchi (PDT); Caíto Quintana (PMDB); Cleiton Kielse (PEN); Duílio Genari (PP); Elio Rusch (DEM);

Francisco Bühner (PSDB); Luciana Rafagnin (PT); Luiz Accorsi (PSDB); Mauro Moraes (PSDB); Nelson Garcia (PSDB); Nelson Justus (DEM); Nereu Moura (PMDB); Péricles de Mello (PT); Plauto Miró (DEM); Valdir Rossoni (PSDB); Waldyr Pugliesi (PMDB).

OPINIÃO

Benefício após 20 anos não se justifica, diz cientista político

Anderson Gonçalves

Para o cientista político Elve Cenci, professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), não há nenhum argumento que justifique a concessão de aposentadoria especial para os deputados estaduais. De acordo com ele, a única categoria profissional que tem direito a se aposentar com 20 anos de atividade é a dos mineiros, devido às condições de insalubridade

e periculosidade.

"Mesmo para algumas categorias expostas a uma série de riscos a previsão legal é de 25 anos de atividade. Que condição especial têm os deputados para justificar uma aposentadoria especial?", questiona Cenci. O valor do benefício previsto em lei para os parlamentares (de até R\$ 17 mil mensais) também é considerado "exorbitante" pelo cientista, visto que o teto do INSS é de R\$ 3,9 mil. "É mais uma excrescência da classe política, que busca privilégios para se diferenciar".

➤ CARTÓRIOS

Assembleia admite votar reajuste menor das taxas

Karlos Kohlbach e

Euclides Lucas Garcia

■ O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), mudou ontem o discurso e admitiu a possibilidade de colocar em votação ainda neste ano o projeto que reajusta as custas dos cartórios no estado. A condição para a proposta ser apreciada seria a revisão dos índices de aumento — que, em alguns casos chegam a mais de 300%.

A redução dos percentuais poderia ser feita por meio de emendas. Na próxima segunda-feira, Rossoni reúne os líderes dos partidos para discutir o assunto. Até lá, disse o tucano, os “interessados” [sem citar nomes] na aprovação desse reajuste devem apresentar uma nova proposta, com valores mais baixos. Ontem, o deputado Hermas Brandão Júnior (PSB), cuja família é titular de cartório, apresentou requerimento para que o presidente colocasse em votação a tabela com os novos valores das custas judiciais e dos serviços dos cartórios. O pedido, no entanto, foi prontamente negado por Rossoni.

“[Apresentei o requerimento] para o projeto não ficar parado para 2013. Estou muito tranquilo em relação a isso [ao fato de a família ser titular de cartório]. O preço do papel subiu, a energia subiu, os funcionários dos cartórios tiveram reajustes salariais. Nada mais justo [que reajustar o valor das custas]”, afirmou Hermas Júnior.

Alguns cartorários e o próprio presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfoury Neto, já declararam que é melhor reduzir os índices e aprovar o projeto neste ano, o que permitira cobrar novos valores em 2013, do que deixar a discussão do aumento para o próximo ano — o que significaria que, se aprovado, as novas taxas valeriam só para 2014.

O presidente da seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, José Lúcio Glomb, que é contrário à aprovação da atual tabela de reajuste, afirmou ser mais “aceitável” a recomposição pelo índice da inflação. “Seria, dos males, o menor”.

OUTRO LADO

Cartorários dão sinal de que podem fazer negociação de valores

O presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg), Robert Jonczyk, disse que as tabelas enviadas à Assembleia foram amplamente estudadas e comparadas com outros estados, para fazer a correção das taxas. Segundo ele, dois ou três percentuais que chamam a atenção da população negativamente não podem inviabilizar a votação da proposta. “É perfeitamente possível negociarmos esses valores, também em acordo com o Tribunal de Justiça, para que o projeto não fique parado. Essa posição do presidente da Assembleia [de admitir a votação] é um sinal positivo de que as coisas ainda podem prosperar ainda neste ano”, comemorou.

GAZETA DO POVO

Vitória da moralidade

Valdir Rossoni resistiu a pressões corporativistas e decidiu não implantar a superaposentadoria dos deputados bancada com recursos públicos

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), anunciou ontem que não atenderá às pretensões dos colegas que desejavam uma aposentadoria complementar bancada por dinheiro público ao indeferir requerimento que pedia a promulgação da lei que instituía o benefício. Uma atitude digna de todos os elogios e que representa a vitória da moralidade e do bom senso contra um certo tipo de atuação parlamentar que se especializa em buscar maneiras de gastar os recursos dos contribuintes em proveito próprio.

O fundo havia sido aprovado em 2008, mas dependia da presidência da Casa Legislativa para que efetivamente entrasse em vigor. Os parlamentares e ex-deputados que tivessem cumprido pelo menos 20 anos de mandatos eletivos receberiam uma pensão equivalente a 85% de seu salário (cerca de R\$ 17 mil reais, atualmente). Não haveria problema nenhum se esse valor fosse integralmente bancado por contribuições dos próprios interessados, mas a imoralidade estava na previsão do aporte de recursos públicos — cerca de R\$ 50 milhões — para compor a superaposentadoria. Não bastasse o fato de ser imoral, tal prática é considerada ainda inconstitucional por vários especialistas e até mesmo por alguns deputados.

Mesmo assim, a pressão sobre Rossoni foi grande; a superaposentadoria teria sido usada para chantagear o presidente da Assembleia, que buscava (e conseguiu) a reeleição para o posto em outubro. Antes disso, em setembro, a *Gazeta do Povo* havia procurado os deputados para ouvir sua opinião sobre o benefício: dos 51 parlamentares ouvidos, 19 se declararam a favor da medida, 13 se manifestaram contrários e os demais se abstiveram. No entanto, em 6

13 DEZ 2012

de dezembro esta *Gazeta* mostrou que um abaixo-assinado entregue a Rossoni continha a assinatura de mais de 30 deputados, permitindo concluir que alguns dos que preferiram não se pronunciar sobre a aposentadoria na verdade também a queriam. Se a 19 parlamentares pode-se censurar a insistência em bancar seu futuro com dinheiro do contribuinte, pelo menos não se pode acusá-los de dissimulação, pois assumiram abertamente sua intenção. Já não se pode dizer o mesmo de cerca de uma dezena de deputados que, em público, preferiram se omitir enquanto, nos bastidores, trabalhavam em benefício próprio — e, se o abaixo-assinado propriamente dito não veio a público, pelo menos é possível conhecer os nomes daqueles que assinaram o requerimento indeferido ontem por Rossoni.

A briga pela superaposentadoria, no entanto, pode não estar encerrada. Como se trata de um caso de “sanção tácita” — que ocorre quando uma lei é aprovada e o governador não se manifesta sobre ela no prazo de 15 dias, exigindo, então, a assinatura do presidente do Legislativo para entrar em vigor —, os deputados interessados no benefício podem recorrer à Justiça, onde, espera-se, ficará evidente sua inconstitucionalidade.

Rossoni foi eleito para a presidência da Assembleia Legislativa sob a bandeira da moralização; meses antes, a série de reportagens “Diários Secretos”, desta *Gazeta* e da RPCTV, havia escancarado uma série de irregularidades promovidas na casa. As medidas de saneamento (caça aos funcionários fantasmas, aos “gafanhotos”, redução do quadro de comissionados) conseguiram, a muito custo, economizar dezenas de milhões de reais, parte dos quais um grupo de deputados queria agora para si, desafiando os princípios da moralidade e da igualdade em atitude amplamente condenada pela opinião pública, inclusive nos espaços dedicados aos leitores desta *Gazeta*. O presidente da Assembleia soube resistir às pressões internas e por isso merece todo o encorajamento para que mantenha sua gestão à frente da Casa no rumo certo.

13 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

MP quer criar 69 cargos comissionados para contratar assessores

Projeto de lei chega à Assembleia menos de cinco meses após deputados criarem 180 vagas em comissão para o Ministério Público

*Euclides Lucas Garcia e
Karlos Kohlbach*

Menos de cinco meses depois de criar 180 vagas comissionadas de assessor de promotoria, o Ministério Público do Paraná (MP) enviou ontem à Assembleia Legislativa do Paraná projeto de lei que prevê a criação de mais 69 cargos em comissão. A medida vai na contramão da determinação que o MP impôs a diversas câmaras municipais do estado ao longo do ano para reduzir o número de servidores em comissão. Os comissionados são cargos de livre nomeação e os ocupantes não precisam passar por concurso público. O impacto aos cofres públicos será de quase R\$ 5,9 milhões ao ano.

Com as vagas que serão criadas, o MP vai continuar muito perto do limite que ele próprio exige de outros órgãos públicos para manter a proporcionalidade en-

tre funcionários efetivos e comissionados. O Ministério Público passará a ter 871 efetivos contra 795 comissionados. Promotores de todo o estado emitiram recomendação neste ano para que as câmaras municipais tenham no máximo 50% de cargos em comissão em relação ao total de funcionários. No cálculo dos 871 funcionários efetivos não estão considerados os 635 procuradores e promotores, que são considerados membros e não funcionários da instituição. Numa correlação com o Legislativo, promotores equivalem ao posto dos deputados ou de vereadores.

Das vagas comissionadas a serem criadas, 50 serão de assessor de procuradoria, 15 de assessor de promotoria e 4 de assessor de comunicação. Além disso, a proposta prevê que sejam criadas 85 vagas efetivas, enquanto outros 34 postos efetivos serão transformados. Essas duas últimas mudanças custarão R\$ 5,2 milhões por ano ao estado.

O procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, justificou o aumento de cargos afirmando que há uma defasagem da estrutura do MP com a do Judiciário. "Ultimamente, o Judiciário do Paraná elevou entrâncias e criou novas varas. Por consequência é necessária a criação de novas promotorias e assessores para auxiliá-los", disse.

Sobre a criação de cargos em comissão, ele disse que o tem de se coibir são as distorções. "Como regra, os promotores acabam indicando os funcionários comissionados por capacitação, com retorno para o interesse público. Não é um loteamento, um aparelhamento da máquina pública. São cargos de assessoramento, conforme prevê a nossa Constituição Federal". Em relação ao aumento de cargos em comissão, Giacoia afirmou que o MP está dentro do limite de 50% que a entidade cobra das câmaras municipais.

Vista

Em sessão extraordinária realizada no fim da tarde de ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia, a votação do projeto do MP foi adiada por um pedido de vista do deputado Tadeu Veneri (PT).



CONTINUA

Giacoia: Judiciário aumentou estrutura e MP precisa de mais cargos para equacionar defasagem.

13 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ASSEMBLEIA

Projetos que abrem 290 vagas em comissão no TJ recebe pedido de vista

O deputado estadual Tadeu Veneri (PT), em sessão extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia, pediu vista de dois projetos que tratam do aumento do quadro funcional do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). Um deles cria 25 novos cargos de desembargador e 175 postos em comissão para assessorá-los, a um custo de R\$ 25,4 milhões para 2013. Em 2015, esses gastos chegarão a R\$ 30,1 milhões. A outra proposta prevê a criação de 115 cargos de assessor comissionado de desembargador, o que custará R\$ 10,9 milhões aos cofres públicos em 2013. Essas despesas chegarão a R\$ 12,2 milhões em 2015. Dar "estrutura adequada ao segundo grau de jurisdição para o enfrentamento das atuais necessidades jurisdicionais" é a justificativa do TJ para os projetos. Segundo o presidente do tribunal, desembargador Miguel Kfoury Neto, a ocupação dos cargos de desembargador e de assessores não será feita de forma imediata. Caberá à nova gestão, que assume em fevereiro do próximo ano, dar provimento aos cargos conforme a disponibilidade financeira do TJ. /

13 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

COLOMBO

Hospital é condenado a indenizar casal por troca de bebês

Um hospital de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, foi condenado a indenizar um casal que teve seu filho recém-nascido trocado por outro bebê ainda na maternidade. A troca só foi descoberta quatro meses após o nascimento da criança. O valor arbitrado pela Justiça é de R\$ 15 mil para o pai e de R\$ 15 mil para a mãe. A advogada do casal pretende recorrer da decisão, pedindo a ampliação do valor estipulado pela Justiça. O equívoco ocorreu no Hospital e Maternidade Alto Maracanã, no ano de 2009.

13 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

ANTONINA

TRE inaugura fórum em homenagem a Cunha Pereira

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE) inaugura amanhã, às 10 horas, o Fórum Eleitoral Francisco Cunha Pereira Filho, no município de Antonina. O fórum, localizado na Rua Bento Cego, tem 250 m² de área construída e custou R\$ 283.494,53. Com isso, o TRE-PR atinge a marca de 106 fóruns eleitorais inaugurados. O nome do fórum é uma homenagem ao advogado e jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, fundador do grupo GRPCom, falecido em 2009.

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

13 DEZ 2012

Na berlinda

O juiz da 6ª Zona Eleitoral de São Paulo, Paulo Furtado de Oliveira Filho, desaprovou a prestação de contas apresentadas pelo prefeito eleito de São Paulo, Fernando Haddad (PT). Segundo ele, as contas da campanha do petista são "inconsistentes". Oliveira Filho afirma em sua decisão que "as irregularidades são graves, impedindo a verificação da origem dos recursos arrecadados para quitação de todas as despesas assumidas pelo candidato". O partido informou que vai recorrer da decisão.

Vai a plenário

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa aprovou ontem o projeto do governo que prevê a reestruturação do plano de custeio da Parana Previdência – órgão responsável por administrar e pagar as aposentadorias dos servidores estaduais e pensões dos dependentes deles. Pela proposta, a contribuição mínima dos servidores ativos passa de 10% para 11%. Também será criado um fundo específico para os policiais militares.

Doente, ministro do STF falta à sessão e adia decisão sobre mandatos

Com um forte resfriado, o ministro Celso de Mello informou ontem que não vai comparecer à sessão do Supremo Tribunal Federal (STF), adiando a definição sobre a perda de mandato dos três deputados condenados no mensalão. A votação está empatada em 4 a 4 e resta apenas a manifestação de Mello, que deu sinais que vai seguir o voto do presidente do tribunal e relator do caso, Joaquim Barbosa, de que essa é uma atribuição da corte, cabendo à Câmara apenas oficializar a decisão.

COLUNA DO LEITOR

Comissionados 1

No momento em que o governo pede à Assembleia a aprovação da criação de mais cargos em comissão (**Gazeta**, 11/12), a população precisa saber que há um abismo de valores entre os cargos em comissão. Um cargo dado a um apadrinhado político chega a custar aos cofres públicos quase o dobro do valor do mesmo cargo dado a um servidor de carreira. Se fossem apenas servidores, haveria economia para os cofres públicos, e também se privilegiaria quem realmente trabalha.

Alcione Prá, sociólogo

Comissionados 2

É uma vergonha sem precedentes a criação de mais cargos comissionados. Em fim de ano, à luz de velas, criar 140 cargos comissionados é consolidar a ineficiência da máquina pública e colocar a politicagem em primeiro plano.

Luiz Fernando dos Santos

13 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

ENCONTRO

Seminário avalia ações de enfrentamento à violência contra crianças

Na próxima segunda-feira, o Seminário de Monitoramento da Execução do Plano Estadual de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes vai avaliar as ações na área no estado do Paraná. O encontro reúne representantes de Secretarias de Estado, do Ministério Público, do Judiciário e de entidades da sociedade civil com o objetivo de prestar contas sobre o andamento das ações do plano de enfrentamento à violên-

cia e avaliar como está sua execução. O plano, publicado em 2010, lista objetivos, estratégias e ações que o Paraná deve realizar na área entre 2010 e 2015. O encontro acontece das 13 às 18 horas no 7º andar do Palácio das Araucárias (R. Jacy Loureiro de Campos, s/n), em Curitiba. Mais informações pelo telefone (41) 3210-2521.

2010 A 2015

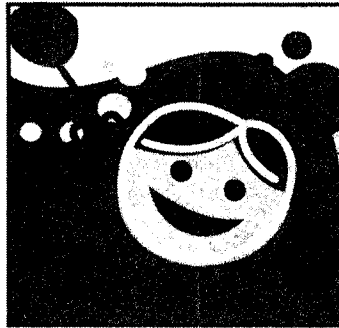
é o período avaliado no encontro que acontece na próxima segunda-feira.

LANÇAMENTO

Fórum lança livro sobre participação e controle social

O Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (Fórum DCA/PR) lança hoje o livro *Participação e Controle Social*, organizado por Valtenir Lazzarini. A publicação é parte de um projeto realizado em 2011 pela entidade, com a realização de seminários para discussão de temas como democracia e orçamento público. O livro já foi lançado em Cascavel, Londrina e Maringá. Hoje será lançado em Curitiba,

FÓRUM DCA/PR



na PUCPR (das 9 às 10 horas, no Auditório Newton Stadler) e em Ponta Grossa, no Centro Social Marista Santa Monica (R. Roma, 360), às 15 horas.

13 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

RODRIGO RÉGNIER CHEMIM GUIMARÃES

Aprovar a PEC 37 é autorizar veladamente a corrupção

Tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional 37, que visa mudar a Constituição Federal para estabelecer que apenas as polícias possam investigar crimes no Brasil, eliminando a atividade investigativa suplementar do Ministério Público. É de se perguntar a razão, já que, como lembrou o procurador-geral da República, apenas três países no mundo proíbem o MP de investigar: Uganda, Quênia e Indonésia. Seriam estes os exemplos a ser seguidos? Os defensores da PEC 37 entendem que sim, e para tanto usam de falácias discursivas com pretensa roupagem jurídica que não resistem a um debate minimamente sério, como vem reconhecendo o STF.

É preciso, então, desvelar o que está em jogo: o modelo de enfrentamento da corrupção que se quer para o Brasil explica-se: assim como na maioria dos países, o MP é quem detém o poder de acionar na Justiça os autores de delitos. No entanto, para iniciar o processo criminal ele precisa demonstrar ao juiz que possui provas contra os acusados, o que justifica a necessidade de uma investigação preliminar. Em boa parte dos crimes “tradicionais”, bem ou mal, a polícia investiga sem empecilhos e entrega os dados necessários ao MP, permitindo sua atuação em juízo. Já quando se trata da criminalidade “elitizada”, do colarinho branco, as polícias não operam com a mesma frequência e eficácia, produzindo lacunas investigativas que podem ser debitadas, para além do elevado índice de corrupção intrínseca, ao fato de que elas são subordinadas ao Poder Executivo. Assim, se as polícias “pertencem” de fato e de direito aos “donos do poder” (vale lembrar-se de Raymundo Faoro), tendem a não os investigar.

Diferentemente das polícias, desde a Constituição Federal de 1988, o MP é a única instituição com independência e autonomia capaz de investigar criminalmente quem detém o poder, pois age sem temer interferência externa, modelo que vem se revelando eficiente em quebrar o manto de impunidade nesse setor. Acontece que, ao investigar este nicho de criminalidade elitizada, o MP acaba sendo alvo de retaliações variadas, a exemplo das inúmeras tentativas legislativas anteriores de limitar sua atuação — basta lembrar-se dos famosos projetos da “mordaca” e da “Lei Maluf” — e também desta que agora se pretende com a PEC 37.

Assim, quando se quer inserir na Constituição uma regra dizendo que apenas as polícias podem investigar crimes, o que se pretende, em última análise, é desestruturar o sucesso do modelo brasileiro de investigação independente e suplementar do Ministério Público, voltando a imunizar a classe detentora do poder político e econômico no plano criminal, fazendo com que o MP atue somente nos casos que a polícia lhe trazer à mesa.

A PEC 37 é, portanto, mais uma destas iniciativas legislativas de ocasião que visa acabar com a atuação independente do MP e blindar o estamento que detém o poder. Conclama-se, portanto, a população a cobrar posturas do seu deputado federal na votação da PEC 37 e lembrar-se delas na próxima eleição, sem esquecer-se de uma certeza: se a PEC 37 for aprovada, estaremos autorizando, veladamente, o incremento da prática da corrupção no país. O povo brasileiro não merece este retrocesso.

Rodrigo Régner Chemim Guimarães, promotor de Justiça em Curitiba, é professor de Direito Processual Penal do Unicuritiba.

GAZETA DO POVO

FERNANDO FRANCISCHNI

**“A polícia desonesta,
ineficiente e submissa”**

13 DEZ 2012

Estamos debatendo no Congresso Nacional vários projetos de lei (PL) e de emendas à Constituição (PEC) que regulamentam o poder de investigação criminal do Ministério Público e das polícias. O Supremo Tribunal Federal, em casos concretos, também vem fazendo o mesmo há vários anos e a posição dos ministros está dividida.

Não se trata aqui de qualquer tentativa de anular investigações ou diminuir a importância fundamental do MP, como dizem alguns na paixão do debate e de interesses corporativos, mas de analisar o que a Constituição, promulgada após anos de governo militar, quis dizer ao país democratizado ao dividir as atribuições entre as polícias, o MP e Judiciário.

A democracia brasileira, em seu processo de perseguição criminal, foi calcada basicamente no famoso sistema de “freios e contrapesos”, ou seja, cada Poder de Estado exerce sua atribuição, complementando o sistema e fiscalizando a dos outros. No caso em pauta, a polícia investiga, o MP denuncia e o Judiciário julga. Imaginem se um juiz, também investigador, teria imparcialidade para analisar se as provas do caso seriam suficientes para uma condenação; ou a polícia decidindo quantos anos o detido em uma investigação deveria ficar preso.

O MP, como fiscal da lei, deve manter-se equidistante das investigações para fiscalizar a coleta de provas da polícia (protegendo a população de abusos ou sustentando ação policial eficiente) e decidir se aquele cidadão deve ou não ser levado a julgamento. Vejamos bem: o MP poderá ainda requerer novas provas, novos depoimentos ou nova investigação (inquérito policial), mas longe do envolvimento emocional da coleta de provas.

Mas deve haver exceções — principalmente, em caráter subsidiário, nos crimes contra a administração pública (corrupção, peculato, desvio de dinheiro público etc.), quando cometi-

dos por autoridades que possam afrontar ou constringer com seu poder hierárquico ou disciplinar a isenta atuação policial.

Porém, não podemos, de forma alguma, afirmar que toda a polícia é desonesta, ineficiente e submissa! Temos de lutar para que o sistema como um todo funcione, dar meios para a polícia investigar e para o MP fiscalizar e denunciar. Ações criminosas de um delegado (como o policial que comandava o tráfico na fronteira) ou de um promotor (como o senador que integrava o esquema Cachoeira) não podem levar a generalizações sobre toda a instituição a que pertence.

A PEC 145, também em análise e que dá poderes similares ao do MP (autonomia funcional e administrativa) para a Polícia Federal (que poderá ser também apresentada no âmbito estadual), poderá complementar com eficiência o sistema. Mas, até o momento, não obtive o mesmo apoio e respaldo das associações de classe que clamam contra a impunidade e pelo “bem” da sociedade.

Continuarei defendendo no Congresso Nacional que a PEC 37 seja aprovada, garantindo a continuidade e a validade de todas as investigações realizadas diretamente pelo MP até sua promulgação, bem como que a polícia seja responsável (com todos os meios e instrumentos necessários) pela investigação criminal e, finalmente, que o MP, de forma subsidiária, possa continuar seu bom trabalho contra políticos que corrompem e dilapidam o patrimônio público.

Fernando Francischni, delegado da Polícia Federal licenciado, é deputado federal (PEN-PR).

Movimento anticorrupção discute hoje resultados

Chico Marés

O Movimento Paraná Sem Corrupção se reúne hoje para discutir os resultados das ações deste ano e definir as ações do ano que vem. Encabeçado pelo Ministério Público do Paraná (MP), com o apoio do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom) e da Secretaria Estadual de Educação, o movimento foi lançado em julho e visa a combater a corrupção pela promoção da cidadania. Em 2012, o movimento priorizou os alunos do ensino médio, por ser um ano em que muitos desses jovens foram às urnas pela primeira vez.

Ao todo, o movimento já realizou 718 ações. Uma dessas ações aconteceu na comarca de Formosa do Oeste, a cerca de 100 km de Cascavel. Um questionário sobre ética foi distribuído para 6 mil alunos de ensino médio da rede pública. A ideia era, através de situações aparentemente corriqueiras — como devolver ou não um troco que veio a mais — estimular os jovens a discutir a ética.

Segundo a promotora Juliana Baron, idealizadora do questionário aplicado na comarca de Formosa do Oeste, a ideia desta ação era trazer a discussão da ética para questões mais próximas do dia a dia dos estudantes, assim como conhecer melhor a visão de mundo destes jovens. Após a avaliação dos resultados, os alunos foram reunidos para

que as respostas apresentadas fossem discutidas. A partir da discussão sobre a ética nas pequenas coisas da vida, partiu-se para a discussão da ética na política.

Em um dos municípios da comarca, Jesuítas, o diretor de uma das escolas, Darci Mezzari, ficou insatisfeito com o resultado das respostas apresentadas. Resolveu então convidar os pais dos alunos para participar de uma discussão sobre a importância do ensino da ética no ambiente familiar, envolvendo mais a comunidade.

O sucesso de toda essa iniciativa foi tão grande que promotorias de outras comarcas decidiram seguir essa iniciativa. Em 20 regiões diferentes do estado, os promotores estão aplicando esses questionários nas escolas. Além de iniciativas como essa, o movimento também realizou 392 parcerias com universidades, empresas e órgãos públicos.

718 AÇÕES

foram realizadas pelo movimento em todo o estado neste ano. As iniciativas contaram com 392 parceiros, como universidades, empresas e órgãos públicos.

Serviço

No evento de hoje, com início às 8h30, haverá uma palestra do teólogo, educador e escritor Lourenço Stello Rega, autor do livro *Dando um Jeito no Jeitinho*. O encontro será no centro de eventos da Fiep, na Avenida das Torres, 1341, no Jardim Botânico.

Mais informações:

www.paranasemcorrupcao.org.br

13 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

MP ameaça pedir prisão de autoridades por causa de crise na Santa Casa

Medida extrema foi anunciada por causa da demora em resolver a falta de estrutura do hospital. Prefeito e governador acumulam multas de R\$ 1,8 milhão

! A estrutura precária no pronto-atendimento de saúde de Campo Mourão, no Centro-Oeste do estado, pode levar o Ministério Público do Paraná (MP) a pedir a prisão do governador Beto Richa e do prefeito Nelson Tureck por descumprimento de ordem judicial. A ameaça do MP, que pode ser adotada como medida extrema caso o problema não seja solucionado até o fim de semana, foi feita pela promotora de Defesa da Saúde Pública Rosana Araújo de Sá Ribeiro Pereira.

Desde dezembro de 2011, Richa e Tureck são multados diariamente, como pessoa física, em R\$ 5 mil, por não cumprirem uma liminar ainda em vigor concedida pela Justiça a partir de ação pública civil movida pelo MP. A determinação judicial é para que ambos, responsáveis pela gestão da saúde, resolvam a situação dos serviços de urgência e emer-

gência e de traumató-ortopedia na cidade. O valor da multa está acumulado em aproximadamente R\$ 1,8 milhão para cada um deles.

Intervenção

O quadro já caótico se tornou ainda mais alarmante no mês passado, quando a Santa Casa de Campo Mourão decidiu interromper o serviço de pronto-atendimento, alegando que os repasses municipais e do governo do estado não são suficientes para a manutenção do serviço. Para tentar reativar o funcionamento do pronto-socorro, secretários municipais de Saúde de 25 municípios que compõem a região de Campo Mourão e a diretora da 11.ª Regional de Saúde, Nilma Ladeia de Carvalho Dias, solicitaram ao MP a intervenção na atual gestão da Santa Casa e o restabelecimento imediato dos serviços. Segundo eles, a paralisação afetou cerca de 330 mil pessoas na região e foi decidida unilateralmente.

“A gestão da Santa Casa é uma caixa-preta. Eles não mostram documentos e dizem apenas que os repasses dos municípios, do estado e do governo federal não cobrem os custos, sem fazer qualquer prestação de contas”, disse a secretária de Saúde de Ubitatã, Cristiane Martins Pantaleão, que preside o Conselho Regional de Secretários Municipais de Saúde (Cresems).

De acordo com ela, os valores repassados atualmente à Santa Casa são suficientes para o pagamento do serviço. Segundo Nilma Dias, “havia um acordo com o governo do estado e a diretoria do hospital o quebrou”.

CONTINUA

13 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

Presidente da Santa Casa diz que há meses alerta autoridades

O presidente da Santa Casa de Campo Mourão, Elmo Linhares, negou as acusações e afirmou que a manutenção do serviço de pronto-socorro poderia comprometer os demais setores de atendimento do hospital. Linhares classificou o pedido de intervenção como "chantagem". Segundo ele, a Santa Casa acumula atualmente uma dívida estimada em R\$ 1 milhão com fornecedores e serviços terceirizados, R\$ 500 mil para pagamento de médicos, e não tem caixa para pagar o 13º

salário dos funcionários. "Há dez meses, estamos alertando os secretários sobre a necessidade de reajuste e nada foi feito. Já estávamos retirando verbas de outros setores para cobrir o funcionamento do pronto-atendimento", disse.

Médicos

Linhares afirmou que cerca de 40 profissionais foram contratados para trabalhar no pronto-socorro, mas revelou que apenas dois atuavam nos plantões presenciais. "Outros médicos também cumpriam os plantões, mas eram acionados por telefone", disse. Na ação que move contra o estado e a

prefeitura, o MP sustenta que os hospitais deveriam manter obrigatoriamente no seu quadro clínico profissionais das especialidades de cirurgia geral, anestesia, ortopedia, cirurgia vascular e neurocirurgia, em regime de plantão presencial. Segundo a Santa Casa, o repasse mensal de R\$ 122 mil realizado pelos municípios da região não era suficiente para cobrir os custos, calculados em R\$ 200 mil mensais. O hospital iniciou o atendimento de pronto-socorro no início deste ano, confiando na promessa do governo federal de aumento no valor de repasses, o que acabou não se concretizando.

R\$ 160 MIL

é o valor que a Santa Casa recebe por meio do HospSus, programa da Secretaria de Estado da Saúde que complementa a verba destinada pelos municípios (R\$ 60 mil pagos por Campo Mourão e R\$ 62 mil pelas demais cidades). O presidente da Santa Casa diz, porém, que os recursos do Hospsus são destinados a outros setores, como o neonatal.

13 DEZ 2012
GAZETA DO POVO

PAIXÃO



13 DEZ 2012

METRO

Limpa. Mutirão pretende soltar mais de 400 presos

Pelo menos 400 presos de três unidades da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos deverão ser colocados em liberdade até amanhã pelo Mutirão Carcerário, que começou nesta semana em Piraquara. A maioria deles está em regime semiaberto e cumpre pena da Região Metropolitana de Curitiba.

Com a abertura de vagas na RMC, o governo do Estado pretende desafogar as delegacias de outras regiões. “Num primeiro momento vamos esvaziar as cadeias do Litoral, para dar maior segurança à população durante a Operação Verão”, explica a secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes.



“Vamos esvaziar as cadeias do Litoral, para dar segurança à população na Operação Verão.”

MARIA TEREZA UILLE GOMES, SECRETÁRIA

13 DEZ 2012

METRO

Maternidade é condenada em caso de troca de bebês

Foi publicada ontem a decisão judicial que condenou a Hospital Maternidade Alto Maracanã, em Colombo, a pagar indenização para um casal que teve seu bebê trocado em 2010. Por determinação da juíza Leticia Zétola Portes, o hospital terá que pagar R\$ 15 mil a cada um dos pais, mas a advogada do casal, Louise Mattar Assad, adianta que irá recorrer por um valor maior.

“Achamos que a sentença foi muito bem posta, foi com o valor, pelos graves transtornos causados, a gente não concordou”, explicou.

A troca de bebês foi descoberta quando eles já tinham seis meses. Separado da mãe, o pai do segundo casal pediu um exame de DNA para reconhecer a criança, e o teste mostrou que ele não era de nenhum dos dois.

“Depois disso, foi a própria maternidade que entrou em contato, já que os dois bebês nasceram no mesmo dia e horário”, conta Louise. O outro casal também está processando o hospital por danos morais.

Em nota, a maternidade disse que a sentença foi bem fundamentada e que pretende acatar a decisão. O hospital destacou ainda que contribuiu para elucidar o caso.

13 DEZ 2012
METRO

Ministro falta e adia decisão

Por causa de um resfriado, o ministro Celso de Mello não compareceu ontem à sessão do STF (Supremo Tribunal Federal), adiando a definição sobre a perda de mandato dos três deputados condenados no mensalão.

A votação continua empatada em 4 a 4. A manifestação de Mello seria a decisiva. O ministro já deu sinais de que vai seguir o voto do presidente do tribunal e relator do caso, Joaquim Barbosa, de que essa é uma atribuição da corte, cabendo à Câmara apenas oficializar a decisão. Nesse caso, a perda dos direitos políticos determina também a perda do cargo público.

Os ministros contrários a esse voto acreditam que a última palavra sobre a cassação é da Câmara porque se trata de um juízo político. Com isso, o deputado até perderia os direitos políticos, mas o mandato atualmente exercido só poderia ser derrubado pelo Congresso.

TRIBUNA DO PARANÁ

Estacionamentos

Lei

13 DEZ 2012

ou multa!

A pedido do Ministério Público, liminar da Justiça determina implantação imediata do fracionamento

O descumprimento da Lei Estadual 16.785/2011, que determina o fracionamento da cobrança dos estacionamentos a partir da segunda hora, poderá gerar multa de R\$ 1 mil por dia aos estacionamentos que descumprirem a lei. Isso porque a ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) e a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-PR) recebeu liminar favorável da Justiça.

O juiz da 17.^a Vara Cível, Austregésilo Trevisan, considerou que o “consumidor não pode ser compelido a pagar além do correspondente ao tempo efetivamente utilizado, sob pena de configurar prática abusiva por colocá-lo em desvantagem exagerada, vedada pela Lei 8.078/90 em seu Artigo 5.^o. Tal infração foi denunciada pelo MP-PR que, junto ao Procon-PR, chegou a um número de 30 empresas que descumpriam a lei. Também figura na lista dos réus o Sindicato das Empresas de Garagens, Estacionamento e de Limpeza e Conservação de Veículos do Estado do Paraná (Sindepark).

A advogada do Procon-PR, Cila Santos, orienta os usuários dos estacionamentos a guardarem os comprovantes de pagamento. “O que procuramos é fazer valer a lei. E cada cliente pode vir a ser ressarcido, daí a importância de provas para demonstrar o abuso”, aponta Cila.

De acordo com a legislação, a fração para cálculo do valor do serviço não deverá ultrapassar 30 minutos. Ou seja, se o carro permanecer 20 minutos, deverá pagar o valor dos primeiros 30 minutos. Se ficar 50 minutos, deverá pagar pela hora cheia. Ultrapassando os 60 minutos, a cobrança passa a ser feita pelo tempo efetivamente utilizado. Sendo que para cada hora subsequente, o valor cobrado não deverá ser superior a 30% do valor pago pela primeira hora.

O Sindepark foi procurado pela reportagem para avaliar a decisão judicial, mas ninguém estava disponível.

13 DEZ 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Troca de bebês gera indenização

O Hospital Maternidade de Alto de Macaranã, de Colombo, foi condenado a indenizar a família de um dos meninos envolvidos no caso de trocas de bebês ocorrido em setembro de 2009. A juíza de direito de Colombo Letícia Zétola Portes emitiu ontem sua decisão. São R\$ 15 mil para o pai e o mesmo valor para a mãe.

Apesar da comemoração pelo resultado, a advogada da família, Louise Mattar Assad, vai recorrer da decisão para pedir aumento do valor da indenização. "Foi uma decisão de caráter altamente pedagógico e esperamos que se aprimorem as maternidades para que não se repitam estes tipos de fatos. Queremos pleitear um valor maior, o que conseguimos são 10% do valor que pedimos", explicou Louise.

Por quase seis meses os dois meninos viveram com as famílias trocadas. O erro só foi percebido em dezembro de 2009, depois que o pai de um dos meninos pediu exame de DNA por desconfiar da troca.

13 DEZ 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Assembleia | Presidente manda projeto de aposentadoria especial dos deputados paranaenses de volta pra gaveta

Benefício barrado

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), barrou ontem a proposta de criação de um plano de aposentadoria especial para os deputados paranaenses. Um grupo de parlamentares tenta implantar o sistema desde 2006, quando um projeto de lei chegou a ser aprovado em plenário, mas foi vetado pelo então governador Roberto Requião.

Ontem, Rossoni barrou a proposta com base em um parecer da Procuradoria Geral da Assembleia. Um requerimento pedia que ele promulgasse o projeto de lei n.º 544, de 2008, aprovado depois que os deputados derrubaram o veto de Requião e modificaram o texto original. O parecer apontou falta de legitimidade da atual Mesa Executiva para tratar de um assunto apreciado por uma legislatura anterior.

Se a lei fosse promulgada, os deputados receberiam, depois de aposentados, até 85% de seus salários. Para ter direito à aposentadoria, eles teriam que exercer mandatos de deputado estadual, deputado federal ou vereador durante 20 anos, período correspondente a cinco legislaturas. Também seria necessário contribuir por, no mínimo, cinco anos com o fundo.

Segundo o presidente da Assembleia, o posicionamento da Procuradoria aponta extemporaneidade da proposta. "Está evidenciada a falta de legitimidade do presidente para promulgar o projeto. E, portanto, estou indeferindo o requerimento e a proposta continua arquivada", afirmou Rossoni. "O assunto aposentadoria dos deputados está encerrado", garantiu.



Rossoni indeferiu requerimento que tentava desenterrar lei aprovada em 2008.

13 DEZ 2012
JORNAL DO ÔNIBUS

Gripe de Celso de Mello adia julgamento do mensalão

Se saúde do ministro melhorar, o julgamento deve ocorrer hoje

O julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão, foi cancelado ontem (12). O imprevisto ocorreu devido a uma forte gripe do ministro Celso de Mello, que daria o último voto sobre a questão da perda de mandato parlamentar para os condenados no processo. O julgamento foi interrompido na última segunda-feira (10) quando o placar estava em 4 votos a 4.

De acordo com o



Ministro Celso de Mello daria o último voto sobre a questão da perda de mandato parlamentar para os condenados no processo

gabinete de Celso de Mello, o ministro não se sentia bem desde terça-feira (11), mas tomou medicação e pensava que poderia trabalhar normalmente ontem à tarde. Como não houve melhora até as 14h, Celso de Mello avisou que não poderia comparecer à sessão, inclusive por recomendação médica. Em caso de melhora do ministro, o julgamento deve ocorrer hoje (13).

13 DEZ 2012

JORNAL DO ESTADO

Jogo de cena

Há quem não se convença da decisão do presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), de arquivar o requerimento que pedia a publicação da lei que prevê a implantação do fundo de aposentadoria especial dos deputados. Segundo comentários de bastidores da Casa, tudo não passaria de um “jogo de cena” de Rossoni para ficar bem com a opinião pública, ao mesmo tempo em que abre caminho para que parlamentares entrem na Justiça contra a decisão, garantindo o benefício nos tribunais.

Herança

O parecer que fundamentou a decisão do presidente da Assembleia aponta que a lei que criava o fundo de aposentadoria parlamentar estava arquivada desde 2010 e, portanto, não poderia ser publicada pela atual direção da Casa. Ou seja, jogou a responsabilidade sobre a gestão passada, comandada pelo deputado Nelson Justus (DEM).

Defensoria

A liderança da oposição na Assembleia divulgou ontem que a Defensoria Pública do Estado deixou de usar R\$ 30 milhões do orçamento previsto para o órgão neste ano no ano. O valor é a soma do orçamento não executado em relação à previsão orçamentária e do cancelamento de despesas. “No interior e na capital, além da região metropolitana, a Defensoria não tem estrutura para prestar o serviço de assistência jurídica. O orçamento atual já é baixo, como é que ainda vão devolver recursos se a população não está sendo atendida como deveria?”, questionou o líder opositorista, Tadeu Veneri (PT).

CCJ aprova mudanças na PR Previdência

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa aprovou ontem, parecer favorável ao projeto do governo que altera o plano de custeio da Paraná Previdência – fundo de aposentadoria dos servidores públicos estaduais. Com a aprovação, a proposta segue agora

para a Comissão de Finanças, e deve chegar ao plenário da Casa no início da semana que vem, última antes do recesso de final de ano do parlamento estadual. A proposta prevê aumento de 10% para 11% a alíquota mínima de contribuição dos servidores para o fundo.

13 DEZ 2012
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Ministério Público do Trabalho
ajuíza ação contra a USP

A Universidade de São Paulo (USP) é o alvo de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que pede indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 1 milhão (a ser revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador) e a condenação da instituição por ter dispensado 271 trabalhadores aposentados que continuavam na ativa. O MPT-SP pede também o pagamento de R\$ 10 mil para cada trabalhador dispensado, independentemente de ter ou não sido reintegrado ao quadro de funcionários.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) — um dos autores da denúncia — não houve, por parte da USP, qualquer comunicado oficial sobre a dispensa, sendo que os empregados tiveram ciência do desligamento ao consultar seus respectivos holerites no sistema informatizado do setor de recursos humanos da Universidade.

Na época das demissões, em janeiro de 2011, a USP argumentou que havia necessidade de renovação do quadro funcional e que os empregados celetistas aposentados que permaneciam trabalhando impediam novas contratações e obstruíam a transmissão de conhecimento a trabalhadores mais jovens. O Sintusp esclareceu ainda que não foi adotado nenhum critério para as dispensas desses empregados que tinham mais de 50 anos e prestavam serviços há quase 30.

13 DEZ 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mantida investigação relacionada a magistrada do TRT 11

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou, durante a 161ª sessão ordinária, a continuidade das investigações para apurar supostas irregularidades da desembargadora Valdenyra Farias Thomé, vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, no exercício da presidência desse tribunal.

As primeiras investigações foram feitas pela Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do CNJ, na gestão da ministra Eliana Calmon, que pediu o arquivamento do processo de sindicância (Pedido de Providência 0004266-40.2012.2.00.0000). Os conselheiros, no entanto, decidiram manter a sindicância para aprofundamento das investigações.

Na mesma sessão, o CNJ determinou a abertura de processo administrativo disciplinar para apurar suspeita de irregularidade praticada pelo juiz Hélder Girão Barreto, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A apuração preliminar também foi feita pela Corregedoria Nacional de Justiça no Pedido de Providências 0004494-15.2012.2.00.0000.

No primeiro caso, o conselheiro José Lucio Munhoz se posicionou contra o arquivamento da sindicância, alegando que há questões que ainda não foram esclarecidas. "Há inconsistências na apuração dos fatos", acrescentou o conselheiro Wellington Martins Saraiva. A proposta teve o apoio também do presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, que disse que os fatos são suficientes para manter a investigação.

12/DEZ/12

CNJ

Comarca de Nova Iguaçu ganha vara Fazenda Pública

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), desembargador Miguel Kfoury Neto, instalou na sexta-feira (7/12) a 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública em Foz do Iguaçu. Na solenidade o desembargador Kfoury Neto ressaltou que a instalação das Varas trará mais agilidade e fluidez na tramitação dos processos na comarca. "A cidade de Foz cresceu e isso também se reflete no Fórum e suas necessidades", comentou o presidente.

Após a instalação das Varas o presidente do TJ e o desembargador Antonio Loyola Vieira receberam Título de Cidadão Honorário do município. A homenagem foi proposta pelo vereador Edílio Dall' Agnol em reconhecimento à destacada atuação do Tribunal de Justiça do Paraná no município.

O presidente Kfoury também foi agraciado com a Comenda Grã Cruz - Ordem das Cataratas. Na ocasião, afirmou: "Me sinto em casa, um filho de Foz do Iguaçu. Ser adotado por esse município faz com que cresça muito nossa responsabilidade", destacou.

Também presentes às cerimônias o presidente eleito do Tribunal para o biênio (2013/2014), desembargador Clayton Coutinho de Camargo; o 2º vice-presidente do TJ, desembargador Ivan Campos Bortoleto; o corregedor da Justiça, desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo; o gestor do Processo de Instalação e Estatização do Tribunal, desembargador Guilherme Luiz Gomes; o juiz diretor do Fórum, Geraldo Dutra de Andrade Neto; o presidente da Amapar, juiz Fernando Swain Ganem e o prefeito da cidade, Paulo MacDonald Ghisi. Além de magistrados, autoridades civis e militares, promotores, advogados, servidores e comunidade local.